

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO – DRCA
COORDENADORIA GERAL DE PROCESSOS SELETIVOS - COPS

EDITAL Nº 03/2021/COPS/DRCA/PROGRAD, de 1º de março de 2021

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA – SISU 2021-1

A Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Coordenadoria Geral de Processos Seletivos – COPS, da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DRCA, considerando o disposto na Portaria Normativa MEC nº 21, de 5/11/2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 3/1/2017, e pela Portaria Normativa MEC nº 1117 de 1º/11/2018, que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU, torna público que a seleção de estudantes para provimento de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) para ingresso no 1º semestre letivo de 2021 utilizará o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), observando o seguinte:

- 1.** A seleção dos estudantes às vagas disponibilizadas por meio do SiSU de que trata este Edital será efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem referente ao ano de 2020.
- 2.** Os estudantes interessados em concorrer às vagas disponibilizadas pela UFLA deverão verificar as informações constantes do Termo de Adesão desta instituição no SiSU.
- 3.** O referido Termo de Adesão está disponível no endereço **www.cops.ufla.br** e conterá as seguintes informações:
 - 3.1.** os cursos e turnos participantes do SiSU, com os respectivos números de vagas;
 - 3.2.** o número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29/08/2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28/12/2016, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;
 - 3.3.** os pesos e as notas mínimas estabelecidos pela UFLA para cada uma das provas do Enem, em cada curso e turno; e
 - 3.4.** os documentos necessários para a realização da matrícula ou do registro acadêmico dos estudantes selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pela Portaria Normativa nº 18, de 11/10/2012, alterada pela Portaria Normativa nº 9, de 5/12/2017, e pela Portaria Normativa MEC nº 1117 de 1º/11/2018.
- 4.** O cronograma e demais procedimentos relativos ao processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada – SiSU referente à primeira edição de 2021, estão divulgados no Edital SESu/MEC Nº 10/2021 de 10/02/2021, disponibilizado no endereço eletrônico **www.cops.ufla.br**.
- 5. LISTA DE ESPERA**
 - 5.1.** As vagas eventualmente remanescentes (não ocupadas) ao final da 1ª chamada - chamada regular do processo seletivo do SiSU, referente à primeira edição de 2021, serão preenchidas por meio da utilização prioritária da Lista de Espera disponibilizada pelo Sistema de Seleção Unificada.
 - 5.1.1** Em atendimento às alíneas a e b, inciso II do Art. 26 da Portaria Normativa nº 18/2012, alterada pela Portaria 1117/2019, o estudante inscrito na modalidade de reserva de vagas na forma da Lei nº 12.711/2012, que possua nota para ser

selecionado em ampla concorrência, será selecionado nessa modalidade e sua inscrição será retirada do cômputo de inscrições às vagas reservadas. Caso o estudante não possua nota para ser selecionado em ampla concorrência, manterá sua classificação de acordo com a opção de reserva da Lei nº 12.711/2012, escolhida durante o período de inscrição.

5.2. A Lista de Espera será disponibilizada com a classificação dos estudantes por curso e turno, segundo suas notas obtidas no Enem, aplicados os respectivos pesos, com a informação sobre a modalidade de concorrência escolhida.

5.3. Para constar da Lista de Espera, o estudante deverá, obrigatoriamente, confirmar na página oficial do SiSU o interesse na vaga, no período especificado no Edital SESu/MEC referido no item 4.

5.3.1. A manifestação de interesse assegura ao estudante apenas a expectativa de direito à vaga ofertada no âmbito do SiSU para a qual a manifestação foi efetuada, estando sua matrícula condicionada à existência de vaga e ao atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

5.4. Somente constarão da Lista de Espera os estudantes que atenderem ao item 5.3 deste Edital.

5.5. CONVOCAÇÕES DA LISTA DE ESPERA

5.5.1. As vagas eventualmente remanescentes ao final da chamada regular do SISU serão preenchidas por meio da utilização prioritária da Lista de Espera do SISU, obedecendo à ordem de classificação em cada curso e modalidade de concorrência.

5.5.2. No caso de não preenchimento das vagas reservadas em determinada modalidade de concorrência, aquelas remanescentes serão preenchidas conforme o disposto no Artigo 28 da Portaria Normativa nº 21/2012, alterada pela Portaria Normativa nº 9, de 5/12/2017, disponíveis no endereço www.cops.ufla.br.

5.5.3. **O cronograma com as datas de convocações e de matrícula dos estudantes da Lista de Espera**, constará no documento denominado **“Instruções Específicas para Matrícula Inicial”**, que será divulgado pela DRCA/UFLA e publicado no sítio eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/matriculas/> na data de divulgação do resultado da chamada regular do SISU.

5.5.4. **Será de única e exclusiva responsabilidade do candidato inteirar-se das datas e das convocações da Lista de Espera, bem como dos documentos e procedimentos necessários para a realização da matrícula.**

6. Compete exclusivamente ao estudante se certificar de que cumpre os requisitos estabelecidos pela UFLA para concorrer às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016, sob pena de, caso selecionado, perder o direito à vaga.

7. É de responsabilidade exclusiva do estudante a observância dos procedimentos e prazos estabelecidos nos editais e nas normas que regulamentam o SiSU, bem como os respectivos horários e formas de atendimento dos setores da UFLA durante a pandemia, a forma de apresentação dos documentos exigidos para a matrícula, disponíveis no Termo de Adesão da UFLA e no documento denominado **“Instruções Específicas para Matrícula Inicial”**, bem como nos Anexos I e II deste Edital, o regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Lavras para os estudantes matriculados.

8. É de responsabilidade exclusiva do estudante acompanhar, por meio do Portal do SiSU, no endereço eletrônico <http://sisu.mec.gov.br> ou pela Central de Atendimento do MEC (0800

616161), e pelo endereço eletrônico da COPS/UFLA (www.cops.ufla.br), eventuais alterações referentes ao processo seletivo do SiSU referente à primeira edição de 2021.

9. A inscrição do estudante no processo seletivo do SiSU referente à primeira edição de 2021 implica o conhecimento e concordância expressa das normas estabelecidas no Edital SESu/MEC Nº 10/2021 de 10/2/2021, na Portaria Normativa MEC nº 21/2012, na Portaria Normativa MEC nº 18/2012, quando for o caso, e demais normas pertinentes ao SiSU, nos editais divulgados pela SESu nas informações constantes do Termo de Adesão da UFLA, neste Edital e no documento **“Instruções Específicas para Matrícula Inicial”**.
10. A inscrição do estudante no processo seletivo do SiSU referente à primeira edição de 2021 implica o consentimento com a utilização e a divulgação de suas notas e das informações prestadas no Enem 2020, inclusive aquelas constantes do questionário socioeconômico, assim como os dados referentes à sua participação no SiSU.
11. Farão parte deste Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais que vierem a ser publicados pela UFLA, o documento denominado **“Instruções Específicas para Matrícula Inicial”** e demais documentos referentes a este Processo Seletivo publicados tanto nos sítios eletrônicos www.cops.ufla.br e <https://drca.ufla.br/graduacao/matriculas/> quanto no sítio eletrônico <https://sisu.mec.gov.br>.

Cláudia Alves Pereira Braga
Coordenadora da COPS/UFLA

Daniela Armondes de Paula Oliveira
Diretora da DRCA/UFLA

Ronei Ximenes Martins
Pró-reitor de Graduação

|

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO – DRCA
COORDENADORIA GERAL DE PROCESSOS SELETIVOS - COPS

EDITAL Nº 03/2021/COPS/DRCA/PROGRAD, de 1º de março de 2021

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA – SISU 2021-1

ANEXO I

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A MATRÍCULA INICIAL

Como **condição obrigatória** para efetivação da matrícula, o candidato convocado deverá observar os procedimentos para o envio da documentação conforme descrito abaixo:

1. DOS PROCEDIMENTOS PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Em atendimento a Portaria MEC nº 493 de 22/05/2020, que alterou a Portaria Normativa MEC nº 21 de 5/11/2012 e à Lei Federal nº 13.726 de 8/10/2018, o envio de documentos pelos candidatos se dará em duas etapas **obrigatórias**:

1.1.1. Envio da documentação digitalizada pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG/UFLA), ou outra plataforma escolhida pela UFLA que vier a substituí-lo, considerando as especificações técnicas e o prazo estabelecido no documento “**Instruções Específicas para Matrícula Inicial**”.

1.1.1.1. A UFLA não se responsabiliza pelo não recebimento da documentação enviada digitalmente por quaisquer motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido do candidato, fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, ou ainda de ações de terceiros ou resultantes de caso fortuito ou de força maior que impeçam o envio da documentação.

1.1.1.2 O não envio da documentação através do SIG, ou outra plataforma escolhida pela UFLA que vier a substituí-lo, na forma e nos prazos estabelecidos, implicará renúncia irretratável à vaga.

1.1.2. Envio da documentação física, pelos correios via SEDEX, dentro do prazo estabelecido no documento “**Instruções Específicas para Matrícula Inicial**”.

1.1.2.1. O não envio da documentação física pelos correios na forma e nos prazos estabelecidos, implicará renúncia irretratável à vaga.

1.1.2.2. Diante da impossibilidade de atendimento ao previsto na Lei Federal nº 13.726 de 8/10/2018, o cotejo, para verificação dos documentos digitalizados, será realizado com os documentos enviados pelos Correios aos endereços de postagens informados pelos setores no documento “**Instruções Específicas para Matrícula Inicial**”.

1.2 A matrícula do candidato somente será efetivada, obrigatoriamente, após a homologação nas duas etapas.

1.2.1. A homologação das etapas é de responsabilidade do Setor de Registro da Graduação da DRCA/UFLA.

2. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DIGITALIZADA

2.1 Segue abaixo a relação de documentos a serem enviados na forma digital, considerando as especificações técnicas e o prazo estabelecido no documento “**Instruções Específicas para Matrícula Inicial**”:

2.1.1. ficha cadastro - preencher a Ficha Cadastro no site <http://drca.ufla.br/graduacao/matriculas> (Calouros 2021/1 - SiSU);

2.1.1.1. inserir, na ficha Cadastro, uma foto digitalizada, no espaço destinado para esse fim. A foto deve ser recente, em cores, sem aplicação de filtros, tirada de frente, com fundo limpo, sem qualquer espécie de cobertura na cabeça (lenço, chapéu, boné, etc.) e/ou óculos de sol que dificultem ou encubram as características físicas, imprescindíveis inclusive para procedimento de averiguação da AUTODECLARAÇÃO exigida nos grupos **1, 3, 5 e 7**. É de responsabilidade do candidato a apresentação de foto digitalizada nítida para a averiguação.

2.1.1.2. ao término da inserção dos dados na ficha cadastral o candidato deverá gerar o arquivo no formato digital para envio no sistema.

2.1.2. cópia da certidão de nascimento ou de casamento;

2.1.3. cópia (frente e verso) da cédula de Identidade (no caso de estrangeiro, cédula de Identidade expedida pela Polícia Federal ou Passaporte com visto temporário de estudante ou visto permanente);

2.1.4. cadastro de Pessoa Física – CPF, cópia obtida exclusivamente pelo endereço eletrônico:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/SERVICOS/CPF/CONSULTASITUACAO/CONSULTAPUBLICA.ASP> O CPF deverá estar atualizado junto à Receita Federal em caso de ter ocorrido alguma alteração nos dados cadastrais do contribuinte, como, por exemplo, alteração de nome;

2.1.5. cópia do documento que comprove a quitação com as obrigações eleitorais, obtido exclusivamente pelo endereço eletrônico: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>, para candidatos que já terão completado 18 anos até o dia da matrícula;

2.1.6. cópia (frente e verso) do documento que comprove a quitação com as obrigações do serviço militar, para o candidato do sexo masculino. Dispensável aos candidatos menores de 18 anos e com idade superior a 46 anos;

2.1.7. cópia (frente e verso) do certificado de conclusão do ensino médio;

2.1.7.1. Os candidatos que tiverem concluído ou cursado parte do Ensino Médio no exterior deverão apresentar, além de cópia do Certificado de Conclusão do Ensino Médio e/ou do Histórico Escolar emitido pela instituição estrangeira, Parecer de Equivalência de Estudos emitido pela Secretaria de Estado da Educação, e cópia da publicação no órgão oficial do estado. Todos os documentos emitidos em outro idioma deverão ser traduzidos para a Língua Portuguesa por profissional juramentado.

2.1.7.2. Os candidatos que obtiverem certificação do Ensino Médio por meio do Enem, pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), por Exames de Certificação de Competência ou de Avaliação de Jovens e Adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino, que estiverem concorrendo às vagas reservadas não podem ter

cursado qualquer parte do Ensino Médio em escola particular e deverão apresentar, ainda, cópia do Histórico Escolar do Ensino Médio até a série cursada em escola regular.

2.1.8. cópia (frente e verso) do Histórico Escolar do ensino médio.

2.1.9. Os candidatos das **VAGAS RESERVADAS (Lei 12.711/2012, alterada pela Lei 13.409/2016)** além dos documentos listados acima, deverão enviar, também, os documentos relacionados abaixo, de acordo com cada **GRUPO**.

2.1.9.1. Grupo L1 - Estudantes com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:

2.1.9.1.1. declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;

2.1.9.1.2. comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;

2.1.9.1.3. comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Para fins de comprovação da renda familiar *per capita*, deverão ser apresentados os documentos listados no **Anexo II** deste Edital.

2.1.9.2. Grupo L2 - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:

2.1.9.2.1. declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;

2.1.9.2.2. comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;

2.1.9.2.3. autodeclaração étnico-racial, em formulário próprio, com a devida justificativa, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;

2.1.9.2.4. os candidatos autodeclarados INDÍGENAS deverão encaminhar uma cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), previsto no Art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973 e regulamentado pela Funai por meio da Portaria nº 003/PRES/2002.

2.1.9.2.5. comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Para fins de comprovação da renda familiar *per capita*, deverão ser apresentados os documentos listados no **Anexo II** deste Edital.

2.1.9.3. Grupo L5 - Estudantes que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:

2.1.9.3.1. declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>; e

- 2.1.9.3.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio.
- 2.1.9.4. Grupo L6** - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:
- 2.1.9.4.1.** declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
- 2.1.9.4.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;
- 2.1.9.4.3.** autodeclaração étnico-racial, em formulário próprio, com a devida justificativa, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>
- 2.1.9.4.4.** os candidatos autodeclarados INDÍGENAS deverão encaminhar uma cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), previsto no art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973 e regulamentado pela Funai por meio da Portaria nº 003/PRES/2002.
- 2.1.9.5. Grupo L9** - Estudantes com deficiência, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:
- 2.1.9.5.1.** declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
- 2.1.9.5.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;
- 2.1.9.5.3.** comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Para fins de comprovação da renda familiar *per capita*, deverão ser apresentados os documentos listados no **Anexo II** deste Edital;
- 2.1.9.5.4.** laudo médico original, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>, devidamente preenchido pelo médico especialista e que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, ou seja, que contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 (alterado pelo Decreto nº 5.296/2004), combinado com o enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No laudo deverá constar o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM do médico especialista que o emitiu, como também anexados exames comprobatórios da deficiência. Tanto o laudo médico quanto os exames comprobatórios da deficiência devem ser emitidos, no máximo, há 90 (noventa) dias antes da data da

matrícula. Os demais documentos e/ou procedimentos constarão nas Instruções Específicas para Matrícula Inicial, a serem divulgadas juntamente com o resultado do processo seletivo.

- 2.1.9.6. Grupo L10** -Estudantes com deficiência, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:
- 2.1.9.6.1.** declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
 - 2.1.9.6.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;
 - 2.1.9.6.3.** autodeclaração étnico-racial, em formulário próprio, com a devida justificativa, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
 - 2.1.9.6.4.** os candidatos autodeclarados INDÍGENAS deverão encaminhar uma cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), previsto no Art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973 e regulamentado pela Funai por meio da Portaria nº 003/PRES/2002.
 - 2.1.9.6.5.** laudo médico original, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>, devidamente preenchido pelo médico especialista e que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, ou seja, que contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 (alterado pelo Decreto nº 5.296/2004), combinado com o enunciado da Súmula nº 377, do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No laudo deverá constar o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM do médico especialista que o emitiu, como também anexados exames comprobatórios da deficiência. Tanto o laudo médico quanto os exames comprobatórios da deficiência devem ser emitidos, no máximo, há 90 (noventa) dias antes da data da matrícula. Os demais documentos e/ou procedimentos constarão nas Instruções Específicas para Matrícula Inicial, a serem divulgadas juntamente com o resultado do processo seletivo.
 - 2.1.9.6.6.** comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Para fins de comprovação da renda familiar *per capita*, deverão ser apresentados os documentos listados no **Anexo II** deste Edital.

2.1.9.7. Grupo L13 - Estudantes com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:

- 2.1.9.7.1.** declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
- 2.1.9.7.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;
- 2.1.9.7.3.** laudo médico original, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>, devidamente preenchido pelo médico especialista e que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, ou seja, que contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 (alterado pelo Decreto nº 5.296/2004), combinado com o enunciado da Súmula nº 377, do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No laudo deverá constar o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM do médico especialista que o emitiu, como também anexados exames comprobatórios da deficiência. Tanto o laudo médico quanto os exames comprobatórios da deficiência devem ser emitidos, no máximo, há 90 (noventa) dias antes da data da matrícula. Os demais documentos e/ou procedimentos constarão nas Instruções Específicas para Matrícula Inicial, a serem divulgadas juntamente com o resultado do processo seletivo.

2.1.9.8. Grupo L14 - Estudantes com deficiência, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas:

- 2.1.9.8.1.** declaração de não ter cursado Ensino Médio em nenhum momento em escolas privadas, em formulário próprio, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>;
- 2.1.9.8.2.** comprovante de ter estudado em escola pública durante os 3 (três) anos do Ensino Médio;
- 2.1.9.8.3.** autodeclaração étnico-racial, em formulário próprio, com a devida justificativa, disponível em <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>
- 2.1.9.8.4.** os candidatos autodeclarados INDÍGENAS deverão encaminhar uma cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), previsto no Art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973 e regulamentado pela Funai por meio da Portaria nº 003/PRES/2002.
- 2.1.9.8.5.** laudo médico original, em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>,

devidamente preenchido pelo médico especialista e que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, ou seja, que contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 (alterado pelo Decreto nº 5.296/2004), combinado com o enunciado da Súmula nº 377, do Superior Tribunal de Justiça – STJ. No laudo deverá constar o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM do médico especialista que o emitiu, como também anexados exames comprobatórios da deficiência. Tanto o laudo médico quanto os exames comprobatórios da deficiência devem ser emitidos, no máximo, há 90 (noventa) dias antes da data da matrícula. Os demais documentos e/ou procedimentos constarão nas Instruções Específicas para Matrícula Inicial, a serem divulgadas juntamente com o resultado do processo seletivo.

3. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO FÍSICA

3.1. Como condição obrigatória para validação da matrícula, os candidatos convocados deverão enviar por SEDEX, considerando as especificações técnicas e o prazo estabelecido no documento “**Instruções Específicas para Matrícula Inicial**” a seguinte documentação:

- 3.1.1.** a Ficha Cadastro, impressa e assinada conforme a cédula de identidade, e produzida conforme o item 2.1.1., conferindo se a foto impressa está nítida;
- 3.1.2.** cópia, autenticada em cartório, do histórico escolar do ensino médio (frente e verso);
- 3.1.3.** cópia, autenticada em cartório, do Certificado de conclusão do ensino médio (frente e verso);
- 3.1.4.** uma foto 3x4 igual à inserida na ficha-cadastro;
- 3.1.5.** cópia em papel A4, legível e íntegra dos documentos relacionados nos itens 2.1.2 a 2.1.9.

4. Os candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas dos **GRUPOS L2, L6, L9, L10, L13 e L14** deverão, ainda, observar os itens a seguir:

4.1. CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS

- 4.1.1.** As informações prestadas na autodeclaração, bem como a foto inserida na ficha-cadastro (conforme indicado na alínea a do item 2.1.1.1. deste anexo), serão analisadas pela Universidade Federal de Lavras, por meio da Comissão Permanente de Heteroidentificação, designada para a validação da Autodeclaração Étnico-Racial e, com base exclusivamente no **FENÓTIPO**, julgará pela **procedência**, ou não, da autodeclaração.
- 4.1.2.** A Comissão, se entender que as informações prestadas pelo candidato na autodeclaração e a foto inserida na ficha-cadastro não são suficientes para convencimento acerca das características fenotípicas que o identifique como preto ou pardo, poderá convocá-lo a comparecer em data, local e horário previamente estabelecido para entrevista. A convocação será feita por meio do Portal do Candidato, no endereço eletrônico https://sig.ufla.br/modulos/processos_seletivos_alunos/candidatos_alunos/acesso/m

enu_acesso.php. O acompanhamento da convocação é de inteira responsabilidade do candidato.

4.1.2.1. Acerca do procedimento para a entrevista é relevante atentar que em decorrência da emergência de saúde pública causada pelo novo coronavírus (COVID-19) serão publicados no documento “Instruções Específicas para Matrícula Inicial” os dispositivos adicionais que serão exigidos dos candidatos para garantir que a avaliação seja possível e suficiente à finalidade a que se destina. Nesse sentido, destacamos a possibilidade de que a entrevista ocorra por intermédio de vídeo conferência ou outros meios tecnológicos.

4.1.2.2. O candidato menor de 18 anos deverá participar da entrevista acompanhado do responsável legal (pai, mãe ou tutor).

4.1.2.3. O candidato que deixar de comparecer à entrevista para a qual foi convocado, será automaticamente desclassificado do processo seletivo e terá sua matrícula cancelada.

4.1.3. O candidato que tiver sua **AUTODECLARAÇÃO INVALIDADA** pela Comissão será automaticamente desclassificado do processo seletivo e terá sua matrícula cancelada, resguardando-se o direito do contraditório e ampla defesa.

4.1.4. Somente serão **INVALIDADAS** as autodeclarações que a Comissão considerar inverídicas, devido à falta das características fenotípicas que identifiquem o candidato como preto ou pardo.

4.1.5. As demais informações referentes a esse procedimento serão divulgadas nas “Instruções Específicas para Matrícula Inicial”, emitidas pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DRCA, no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/matriculas> a serem publicadas na mesma data de publicação do resultado do processo seletivo.

4.2. CANDIDATOS AUTODECLARADOS INDÍGENAS

4.2.1. Além de enviar a autodeclaração, encaminhar o Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (Rani), emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), previsto no art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973 e regulamentado pela Funai, por meio da Portaria nº 003/PRES/2002.

4.2.2. O candidato que não encaminhar a autodeclaração e o Rani no prazo estabelecido será automaticamente desclassificado do processo seletivo e terá sua matrícula cancelada.

4.3. CANDIDATOS QUE OPTARAM PELA VAGA DE DEFICIENTE

4.3.1. Os laudos e os exames comprobatórios serão analisados pela Universidade Federal de Lavras, por meio da Comissão Plena designada para esse fim.

4.3.2. Todo candidato com deficiência física é obrigado a comparecer em uma entrevista com a Comissão, em data, local e horário previamente estabelecido, para avaliação da sua capacidade funcional. A convocação será feita no Portal do Candidato, no endereço eletrônico https://sig.ufla.br/modulos/processos_seletivos_alunos/candidatos_alunos/acesso/menu_acesso.php. O acompanhamento da convocação é de inteira responsabilidade do candidato.

4.3.2.1. Acerca do procedimento para a entrevista é relevante atentar que em decorrência da emergência de saúde pública causada pelo novo

coronavírus (COVID-19) serão publicados no documento “Instruções Específicas para Matrícula Inicial” os dispositivos adicionais que serão exigidos dos candidatos para garantir que a avaliação seja possível e suficiente à finalidade. Nesse sentido, destacamos a possibilidade de que a entrevista ocorra por intermédio de vídeo conferência, ou outros meios tecnológicos.

4.3.2.2. A Comissão, se entender que as informações prestadas pelo candidato com deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência múltiplas, deficiência visual ou outra, não são suficientes para comprovação da deficiência, irá convocá-lo para entrevista em data, local e horário previamente estabelecido. A convocação será feita por meio do Portal do Candidato, no endereço eletrônico https://sig.ufla.br/modulos/processos_seletivos_alunos/candidatos_alunos/aceso/menu_acesso.php. O acompanhamento da convocação é de inteira responsabilidade do candidato.

4.3.2.3. O candidato menor de 18 anos deverá participar da entrevista acompanhado do responsável legal (pai, mãe ou tutor).

4.3.2.4. O candidato que deixar de comparecer à entrevista para a qual foi convocado, será automaticamente desclassificado do processo seletivo e terá sua matrícula cancelada.

4.3.3. As “Instruções Específicas para Matrícula Inicial”, emitidas pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico – DRCA, no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/matriculas> serão publicadas na mesma data de publicação do resultado do processo seletivo.

4.4. As datas dos resultados das avaliações das autodeclarações, das condições socioeconômicas e dos laudos médicos e exames, que deferirão a adequação do candidato às vagas reservadas, quando for o caso, serão divulgadas juntamente com as “Instruções Específicas para Matrícula Inicial”, garantido o prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** para a interposição de recurso, contado a partir do dia seguinte ao lançamento dos resultados no endereço eletrônico https://sig.ufla.br/modulos/processos_seletivos_alunos/candidatos_alunos/aceso/menu_acesso.php.

4.4.1. Os formulários específicos de recursos das vagas reservadas estão disponíveis <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios>.

4.4.2. Não serão aceitos recursos interpostos via fax ou correio eletrônico.

4.4.3. Os candidatos que não enviarem o recurso de vaga reservada no prazo informado no item 4.4. serão automaticamente eliminados do processo seletivo.

4.5. A Universidade poderá realizar entrevistas e visitas no domicílio do candidato, com o objetivo de comprovação das informações socioeconômicas, quando for o caso.

4.6. A comprovação de prestação de informação falsa pelo candidato, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que assegure ampla defesa, ensejará o cancelamento de matrícula na Universidade, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
DIRETORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO – DRCA
COORDENADORIA GERAL DE PROCESSOS SELETIVOS – COPS

EDITAL Nº 03/2021/COPS/DRCA/PROGRAD, de 1º de março de 2021

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA – SISU 2021-1

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A COMPROVAÇÃO DE RENDA

1. DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS PARA A COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL *PER CAPITA*

- 1.1.** questionário de avaliação socioeconômica devidamente digitado, datado e assinado pelo candidato, que será disponibilizado no endereço eletrônico <https://drca.ufla.br/graduacao/formularios> ;
- 1.2.** cópia de documento de identidade e CPF de todos os membros da família com idade igual ou superior a 18 anos;
- 1.3.** cópia de certidão de nascimento de todos os membros da família com idade inferior a 18 anos;
- 1.4.** cópia das certidões de casamento dos membros da família que sejam casados e residam com a família do candidato. No caso de membros da família separados, cópia do termo de separação homologado pelo juiz;
- 1.5.** no caso de pais falecidos, cópia da certidão de óbito;
- 1.6.** cópia completa da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda – Pessoa Física do exercício de 2021, ano-base 2020 e do respectivo recibo de entrega de todos os membros da família obrigados a apresentá-la. Os membros da família com idade superior a 18 anos que não foram obrigados a apresentar essa declaração de ajuste anual e deverão apresentar comprovante de consulta à Restituição de Imposto de Renda, que poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Caso ainda não tenha enviado o Imposto de Renda exercício de 2021, ano-base 2020, poderá ser apresentada a declaração referente ao exercício de 2020, ano-base 2019.
- 1.7.** comprovante de residência de avós e/ou outros parentes que residam com a família do candidato e que não sejam irmãos ou pais;
- 1.8.** cópia de comprovantes de rendimentos oriundos de trabalho remunerado dos últimos três meses anteriores à data de envio ou entrega da documentação, de todos os membros da família:
 - 1.8.1.** No caso de assalariados: holerite ou contracheque.
 - 1.8.2.** No caso de aposentados, pensionistas e outros beneficiários (BPC, auxílio doença e demais): extrato de benefício fornecido pelo INSS ou holerite/contracheque fornecido pela fonte pagadora.

1.8.3. No caso de Microempreendedores individuais – MEI: apresentar Declaração Anual do Simples Nacional – DASN/SIMEI. Para empreendedores/empresários não optantes pelo MEI, apresentar Declaração Comprobatória de Rendimentos – DECORE, emitido por contador.

1.8.4. No caso de profissionais liberais (médicos, psicólogos, dentistas, contadores e outros), profissionais autônomos (vendedores, representantes comerciais e outros) e produtores rurais: declaração comprobatória de renda média mensal, devidamente emitida por contador ou similar.

1.8.5. No caso de trabalhadores informais (camelôs, ambulantes e outros): declaração de renda média mensal, assinada conforme documento de identidade.

1.8.6. Não serão considerados, para fins de comprovação de renda, recibos de Pró-Labore.

1.9. cópias dos comprovantes de recebimento de rendimentos de aluguéis e/ou arrendamento de bens móveis e imóveis e de pensões alimentícias recebidos por todos os membros da família, dos últimos três meses;

1.10. cópia da carteira de trabalho de todos os membros da família maiores de 18 anos (página com dados de identificação, página do último contrato de trabalho e página imediatamente posterior em branco, para quem já trabalhou com carteira assinada, ou página com dados de identificação e primeira página de contrato em branco, para quem nunca trabalhou com carteira assinada). Só estão desobrigados à apresentação de carteira de trabalho membros da família que não trabalhem e sejam comprovadamente estudantes ou tenham idade igual ou superior a 60 anos; ou que seja servidor público.

1.11. extrato de Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS de todos os membros da família maiores de 18 anos, que poderá ser obtido no endereço eletrônico www.inss.gov.br.

1.12. cópias dos comprovantes de matrícula de membros da família com idade superior a 18 anos e que sejam estudantes.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: caso seja necessário, a UFLA reserva-se o direito de solicitar outros documentos além dos listados no Anexo IV e/ou utilizar outros instrumentais técnicos para fins de compreensão da situação socioeconômica e familiar do (a) candidato (a).

3. PROCEDIMENTOS PARA CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL PER CAPITA

3.1. Para efeitos deste Edital, a renda familiar bruta mensal *per capita* será apurada de acordo com os seguintes procedimentos:

3.1.1. Calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o candidato, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores à data de inscrição do candidato no processo seletivo da instituição de ensino;

3.1.2. Calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados, após a aplicação do disposto no subitem 3.1.1;

3.1.3. Divide-se o valor apurado, após a aplicação do disposto no subitem 3.1.2, pelo número de pessoas da família do candidato;

3.1.4. Divide-se o valor apurado no subitem 3.1.3 pelo valor do salário-mínimo vigente.

3.1.5. Para fins de comprovação de renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, deverá ser observado o valor do salário-mínimo de R\$ 1100,00 (mil e cem reais); portanto, a renda familiar per capita deverá ser igual ou inferior a R\$ 1650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais)

- 3.1.6.** No cálculo referido no subitem 3.1.1, serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.
- 3.1.7.** Estão excluídos do cálculo de que trata o subitem 3.1.1 os valores recebidos a título de:
- 3.1.7.1.** Auxílios para alimentação e transporte;
 - 3.1.7.2.** Diárias e reembolsos de despesas;
 - 3.1.7.3.** Adiantamentos e antecipações (férias e gratificação natalina);
 - 3.1.7.4.** Estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
 - 3.1.7.5.** Indenizações decorrentes de contratos de seguros;
 - 3.1.7.6.** Indenizações por danos materiais por força de decisão judicial.
- 3.1.8.** Estão igualmente excluídos do cálculo de que trata o subitem 3.1.1 os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:
- 3.1.8.1.** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
 - 3.1.8.2.** Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
 - 3.1.8.3.** Programa Bolsa-Família e os programas remanescentes nele unificados;
 - 3.1.8.4.** Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
 - 3.1.8.5.** Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
 - 3.1.8.6.** Demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.